



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS  
COORDENADORIA GERAL DE ARRECADAÇÃO - CGA

Sigla: TJPA

Órgão: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Autoridade Máxima: Célia Regina de Lima Pinheiro

Resp. pela Informação: Coordenadoria Geral de Arrecadação

Mês de Referência: NOV/2022

Data de Publicação: 06/02/2023

RECEITA DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO - FRJ

Ano: 2022

(R\$)

Mês	1- Recurso a título de Serviços Extrajudicial	2- Recurso a título de Custas Judiciais	3- Recurso a título de Taxa Judiciária	4- Demais recursos conf. Previsto em Leis específicas	TOTAL
Janeiro	6.557.647,03	4.258.045,42	2.512.142,96	7.234.471,51	20.562.306,92
Fevereiro	5.340.393,76	5.180.556,47	2.839.918,76	4.657.471,81	18.018.340,80
Março	5.705.794,85	7.165.178,40	3.633.847,43	6.833.121,74	23.337.942,42
Abril	6.612.846,31	6.054.326,65	3.089.841,34	8.145.038,45	23.902.052,75
Mai	5.807.071,83	6.830.517,94	3.681.109,57	10.425.603,27	26.744.302,61
Junho	7.576.087,22	6.832.567,51	3.666.634,11	10.006.866,85	28.082.155,69
Julho	8.007.843,83	6.411.044,56	3.571.683,37	9.727.659,63	27.718.231,39
Agosto	7.564.760,02	7.195.565,30	3.953.406,89	10.920.488,93	29.634.221,14
Setembro	9.387.871,53	7.546.346,08	3.857.916,82	13.196.188,13	33.988.322,56
Outubro	7.909.429,79	6.486.337,05	3.476.909,55	11.940.600,29	29.813.276,68
Novembro	8.738.788,32	6.040.428,92	3.414.356,24	11.556.773,66	29.750.347,14
<b>TOTAL</b>	<b>79.208.534,49</b>	<b>70.000.914,30</b>	<b>37.697.767,04</b>	<b>104.644.284,27</b>	<b>291.551.500,10</b>

Fontes: Banpará e Sistema Integrado de Arrecadação Extrajudicial - SIAE

Fundamento Legal: Lei Complementar nº 21 de 28 de fevereiro de 1994

Notas:

1- taxa de fiscalização extrajudicial, selos de segurança e excedente da remuneração de interinos.

2- custas do 1º grau, custas do 2º grau, custas dos juizados especiais, taxa de fiscalização judicial e dívida ativa.

3- taxa judiciária

4- rendimentos sobre depósitos judiciais, rendimento sobre aplicações, aluguéis, multas, exercícios anteriores e depósitos judiciais Lei nº 6.750/05